

Proibida a comercialização

Política Democrática

revista de política e cultura • ano 22 • n° 60

RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Reflexões econômicas para um modelo
de crescimento com inclusão social



Proibida a comercialização

RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Reflexões econômicas para um modelo
de crescimento com inclusão social



Fundação Astrojildo Pereira

SEPN 509, Bloco D, Lojas 27/28, Edifício Isis - 70750-504
Fone: (61) 3224-2269 Fax: (61) 3226-9756 - contato@fundacaoastrojildo.org.br
www.fundacaoastrojildo.org.br

In memoriam: **Armênio Guedes**
Presidente de Honra: **Luiz Werneck Viana**
Presidente: **Cristovam Buarque**

Política Democrática

revista de política e cultura
www.fundacaoastrojildo.org.br

Conselho de Redação

Editor Executivo
Francisco Inácio de Almeida

Alberto Aggio
Anivaldo Miranda
Caetano E. P. Araújo
Davi Emerich
Dina Lida Kinoshita

George Gurgel de Oliveira
Giovanni Menegoz
Ivan Alves Filho
Luiz Sérgio Henriques

Conselho Editorial

Ailton Benedito
Alberto Passos G. Filho
Amílcar Baiardi
Ana Amélia de Melo
Antonio Carlos Máximo
Antonio José Barbosa
Arlindo Fernandes
Arthur José Poerner
Aspásia Camargo
Augusto de Franco
Bernardo Ricupero
Celso Frederico
César Benjamin
Cícero Péricles de Carvalho
Cleia Schiavo
Dimas Macedo
Diogo Tourino de Sousa
Edgar Leite Ferreira Neto
Fabrício Maciel
Fernando Perlatto

Flávio Kothe
Fausto Mato Grosso
Gilvan Cavalcanti de Melo
Hamilton Garcia de Lima
José Antonio Segatto
José Carlos Capinam
José Cláudio Barriguelli
José Monserrat Filho
Lucília Garcez
Luiz Carlos Azedo
Luiz Eduardo Soares
Luiz Gonzaga Beluzzo
Luiz Werneck Vianna
Marco Aurélio Nogueira
Marco Mondaini
Maria Alice Rezende
Martín Cézár Feijó
Mércio Pereira Gomes
Michel Zaidan
Milton Lahuerta

Oscar D'Alva e Souza Filho
Othon Jambeiro
Paulo César Nascimento
Paulo Fábio Dantas Neto
Pierre Lucena
Ricardo Cravo Albin
Ricardo Maranhão
Rubem Barboza Filho
Rudá Ricci
Sérgio Augusto de Moraes
Sérgio Besserman
Sinclair Mallet-Guy Guerra
Socorro Ferraz
Telma Lobo
Ulrich Hoffmann
Washington Bonfim
Willame Jansen
Zander Navarro

Ficha técnica

Organizadores: Benito Salomão e José Luís Oreiro
Coordenador da publicação: Cleomar Almeida
Projeto gráfico, diagramação e revisão: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas
Revisão textual: Mariana Ribeiro
Copyright © 2022 by Fundação Astrojildo Pereira

Política Democrática – Revista de Política e Cultura – Brasília/DF :
Fundação Astrojildo Pereira, Junho de 2022.

ISSN 1518-7446 Nº 60
356p. il.
CDU 32.008 (05)

Os artigos publicados em *Política Democrática* são de responsabilidade dos respectivos autores.
Podem ser livremente veiculados desde que identificada a fonte.

Proibida a comercialização

Política Democrática

revista de política e cultura



RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Reflexões econômicas para um modelo
de crescimento com inclusão social

Junho, 2022

Fundação Astrojildo Pereira

APRESENTAÇÃO

O Brasil passará, em 2022, por um momento crucial de sua recente vida democrática. As eleições deste ano serão, ainda, permeadas por um componente adicional de incertezas advindas da economia. Após praticamente uma década perdida, em que a economia brasileira apresentou, em 2020, um PIB *per capita* inferior ao que tinha em 2010, o país chega a 2022 com duas missões não triviais: (1) reafirmar sua democracia restabelecendo uma convivência sadia entre as instituições que governam o país e; (2) restabelecer as bases mínimas para o crescimento sustentado nesta década em curso e na próxima.

A ideia de produzir uma publicação impressa com propostas econômicas para o governo que irá ter início em 2023, somada à aproximação com os dirigentes da Fundação Astrojildo Pereira (FAP), fez o grupo temático de Desenvolvimento da FAP ser composto no ano passado. Neste grupo, diante de profícuos diálogos com os amigos Benjamin Sicsú, Hamilton Garcia, José de Alencar e Sérgio Buarque, propostas que visassem contribuir com o debate público foram sendo amadurecidas. Inicialmente, as atividades deste coletivo se concentraram na produção de webnários temáticos em que grandes nomes foram convidados a pensar o Brasil.

Após alguns meses de trabalho deste grupo, mais precisamente em setembro de 2021, surgiu a ideia de compilar estas reflexões em um material que fosse capaz de subsidiar o debate público neste ano eleitoral. Esta 60ª edição da *Política Democrática* tem como objetivo tirar o debate público brasileiro da posição em que se encontra. A poucos meses de uma eleição crucial para a sociedade brasileira, o debate público está concentrado em leitura de pesquisas de intenção de votos e em polêmicas inúteis. Aos poucos, a opinião pública brasileira vai se distanciando de uma concepção utópica de desenvolvimento. Ao longo das inúmeras crises que se acumularam nos últimos dez anos, o país não perdeu apenas uma posição relativa acerca do tamanho do seu PIB. Parece ter perdido (e isto é o mais grave) as aspirações de voltar a ser um país desenvolvido, democrático, livre e próspero.

Proibida a comercialização

Esta edição temática da *Política Democrática* visa mostrar para a opinião pública que, embora o crescimento com distribuição de renda tenha se tornado distante na última década, este é um caminho que pode ser retomado com ideias e empenho político. O país precisa parar de desperdiçar energias com embates inúteis, crises institucionais sem sentido, acirramentos a troco de nada e, sim, canalizar tais energias para o horizonte: (1) uma população devidamente educada; (2) uma economia diversificada e integrada ao novo padrão tecnológico do capitalismo destes tempos; (3) serviços públicos universais e de boa qualidade; (4) infraestrutura capaz de integrar as muitas regiões do país e; (5) o crescimento perene do PIB *per capita* a longo prazo somado à melhora do padrão distributivo desta riqueza.

Como organizadores acadêmicos desta edição da *Política Democrática*, tivemos o privilégio de, primeiramente, participar do convite a seus autores, muitos dos quais aceitaram prontamente e se entusiasmaram com a iniciativa. Tais autores foram sugeridos por todos os membros do grupo, que, na sua maioria, também assumiram alguns capítulos desta edição. Não houve qualquer tipo de veto. Sendo a economia uma ciência humana e, portanto, caracterizada pelo pluralismo das ideias nela gestada, houve uma preocupação adicional de se contemplar um conjunto heterogêneo de abordagens teóricas. O leitor verá, ao longo das páginas, que economistas ortodoxos e heterodoxos se revezam no diagnóstico e na proposição de soluções para os problemas.

Essa preocupação com a concepção plural torna esta publicação ainda mais rica e diferente dos demais esforços acadêmicos no sentido de propor uma agenda para o país. Via de regra, os livros de ensaios organizados a fim de sugerir alguma agenda econômica são de iniciativas de grupos de estudo, ou clubes acadêmicos, muitos já conhecidos da opinião pública e que têm pouca abertura para incorporar ideias divergentes. Aqui, até pela pluralidade do grupo de desenvolvimento que organizou esta publicação, em que convivem economistas, engenheiros, cientistas políticos, juristas, não seria viável que esta edição tivesse a feição específica de alguma bolha teórica ou acadêmica.

Uma segunda preocupação foi com a pluralidade de nomes. Nas muitas páginas que sucederão esta apresentação, o leitor

Proibida a comercialização

verá que a publicação contempla intelectuais da velha geração de pensadores do Brasil, já consagrados no debate público, coexistindo nas páginas com nomes da nova geração de economistas que trouxeram contribuições do mais elevado rigor acadêmico. Buscamos, também, uma diversidade geográfica dos autores. Como esta não foi uma publicação restrita a um clube ou centro acadêmico específico, profissionais das mais distintas regiões do país foram convidados a assinar capítulos. Juntamos ainda, nesta edição, contribuições de fora do ambiente acadêmico. Personalidades da política, do mercado e de agências regulatórias assinam também seus capítulos.

Nenhuma ideia foi cerceada de qualquer autor. Todos os autores tiveram total liberdade para expressar seu pensamento de forma autônoma. Fizemos questão de deixar claro que o fato de não concordarmos com as teses de uma análise não é motivo para rejeitá-la. Evidentemente que, até pelo caráter plural desta publicação, há maiores afinidades intelectuais com algumas temáticas e alguns argumentos em relação a outros. No entanto, todas as teses desenvolvidas nos capítulos que se seguirão gozaram do mais absoluto respeito de todos os organizadores desta edição.

Uma boa leitura!

Benito Salomão, economista chefe da Gladius Research, doutor em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU).

José Luis Oreiro, professor associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Doutorado em Integração Econômica da Universidade do País Basco (UPV/Bilbao, Espanha), pesquisador Nível I do CNPq, membro da Post Keynesian Economics Society (Reino Unido) e da European Association for Evolutionary Political Economy, líder e membro do grupo de pesquisa macroeconomia estruturalista do desenvolvimento cadastrado no diretório dos grupos de pesquisa no CNPq e certificado pela Universidade de Brasília. É autor dos livros *Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva Keynesiana* (LTC, 2016) e *Macrodinâmica Pós-Keynesiana: crescimento e distribuição de renda* (Alta Books, 2018).

Proibida a comercialização

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A reestruturação produtiva no nível do território como instrumento para minimizar a desigualdade social no Brasil

Alcimar das Chagas Ribeiro

Economista com doutorado em Engenharia de Produção e pós-doutorado em Economia. É professor pesquisador da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e diretor do Núcleo de Pesquisa Econômica do Rio de Janeiro (Nuperj).

Contextualização introdutória

A pandemia do coronavírus que se instalou em 2020 no planeta deixou transparente o problema da desigualdade social, contabilizando até fevereiro desse ano mais de 400 milhões de infectados e mais de 6 milhões de óbitos (Our World in Data). Como consequência, aflorou evidências sobre a limitada qualificação de grupos de trabalhadores com capacidade de se inserir no mercado formal de trabalho, a lentidão dos governos relativa à intervenção necessária para mitigação da situação, assim como o distanciamento do sistema financeiro e a sua dificuldade de cooperação na busca de solução ou minimização dos graves problemas decorrentes.

Essa terrível crise, entretanto, também mostrou um lado que deve ser sempre realçado, especialmente no Brasil. Trata-se da condição de resiliência da população, especialmente aquela que vive em condições mais precárias. Esses indivíduos deram provas de que se preocupam com o próximo, que parceria e cooperação é o que vale na luta pela superação das dificuldades cotidianas. Mas recentemente pôde-se comprovar esse mesmo comportamento nas pessoas envolvidas na tragédia ocorrida em Petrópolis-RJ. Eu diria

Proibida a comercialização

que o “capital social” nesses espaços, durante os processos relatados, é fortemente elevado a padrões bastante significativos.

O termo capital social, denominado inicialmente por Lyda Hanifan em 1916, é entendido como o conjunto dos elementos intangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas. Esses são identificados como: a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família. O seu estágio mais elevado, impulsionado pela confiança entre os agentes, leva a uma maior habilidade de cooperar, elemento fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável em um território (MENEGASSO; CARELLI, 2006).

No sentido da solução ou minimização dos problemas decorrentes da crise sanitária, potencializada pela crise econômica e pela crise política, o papel do governo esteve sempre realçado no contexto do pensamento keynesiano de fortalecimento da demanda.

Entretanto, resultados práticos em relação a uma maior aceitação da presença governamental mais frustraram do que efetivamente contribuíram para os objetos propostos. Aliás, críticas bem fundamentadas sobre a macroeconomia pós-keynesiana e sobre desenvolvimentismo clássico, na solução dos problemas enfrentados pelos países periféricos, podem ser observadas nas discussões de Bresser-Pereira (2019).

Como alternativa às limitações desses modelos, o economista apresenta o novo desenvolvimentismo estruturado em três áreas: política, microeconômica e macroeconômica. Trata-se de um sistema essencialmente macroeconômico, derivado da tendência histórica e limitado aos países em desenvolvimento. Segundo o autor, nesses países existe a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio, cuja variação depende do mercado. Assim ocorrem as crises financeiras em decorrência das fortes depreciações.

Baseando-se nessa discussão, a presente abordagem traz uma breve reflexão sobre o papel da macroeconomia no processo de desenvolvimento econômico e expõe ideias complementares sobre um modelo de organização produtiva capaz de auxiliar no aumento da oferta agregada, do emprego, da renda e, fundamentalmente, na redução da desigualdade social.

Expectativas sobre a macroeconomia

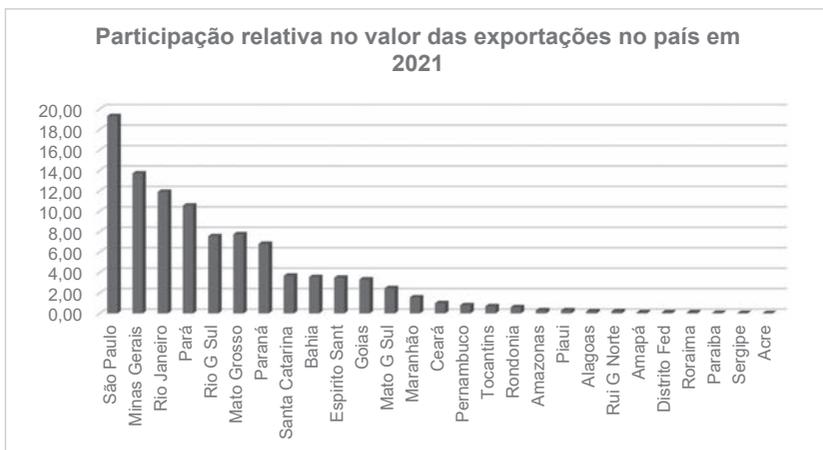
Pensando o Brasil como um país de dimensões continentais, com problemas de crescimento econômico e, fundamentalmente, diferenças regionais marcantes, é de se esperar que a absorção das externalidades positivas, oriundas das políticas macroeconômicas, não ocorra com a mesma intensidade.

A visão pós-keynesiana de desenvolvimento econômico, essencialmente com foco no comércio exterior, de alguma forma confirma a afirmativa anterior. Por outro lado, o distanciamento de algumas regiões do poder central, além das fragilidades internas, dificulta a absorção das externalidades positivas da política fiscal anticíclica do governo central.

Por mais que a macroeconomia tenha atingido razoável grau de sofisticação, segundo Bresser Pereira (2019), tal evolução não tem contribuído para diminuir as desigualdades, tanto internamente quanto externamente. No caso do Brasil, existem evidências diversas. O exemplo do comércio exterior mostra claramente esse padrão de diferença.

A figura 1 apresenta a participação relativa dos estados na receita total de exportação do país em 2021.

Figura 1 – Participação relativa dos estados



Fonte: Elaboração própria com base no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Proibida a comercialização

A movimentação no comércio exterior em 2021 mostrou que mais da metade das exportações – ou seja, 55,45% – foram concentradas em 14,81% dos estados brasileiros com participação individual acima de 10% (São Paulo 19,31%; Minas Gerais 13,70%; Rio de Janeiro 11,89%; e Pará 10,55%).

Já 41,16% das exportações estão concentradas em 37,04% dos estados com participação abaixo de 10% até 1% (são dez estados). Porém os últimos 3,5% das exportações são geradas por 48,15% dos estados com participação de menos de 1% (são 13 estados).

Esses indicadores deixam evidente que uma política de desenvolvimento com o foco no comércio exterior, através do gerenciamento do câmbio, não garante um maior equilíbrio entre os estados e, conseqüentemente, a redução da desigualdade social no país.

Por outro lado, uma política fiscal que permite maior irrigação dos fluxos financeiros também deixa dúvidas. O caso da política de distribuição de royalties e participações especiais da produção de petróleo, que nos últimos vinte anos irrigou de forma substancial os orçamentos dos municípios produtores, especialmente nos estados Rio de Janeiro e Espírito Santo, comprova que esse incremento alimentou um consistente aumento do custeio.

A pesquisa de Ribeiro (2022) avaliou a importância das rendas petrolíferas e do investimento público, enquanto variáveis preditoras ou explicativas da variável dependente Valor Adicionado Fiscal (*proxy* da geração de riqueza) nos municípios da bacia de Campos, Rio de Janeiro – Brasil. Usando a técnica de regressão linear múltipla e considerando a hipótese do gasto público keynesiano como elemento essencial do desenvolvimento econômico, os resultados frustraram. A variável preditiva Investimento Público foi excluída do modelo em alguns casos, enquanto em outros apresentou correlação negativa com a variável dependente. O autor concluiu com a tese da existência da “maldição dos recursos” no território avaliado.

O mesmo autor analisou a trajetória da bacia Petrolífera de Campos, o padrão de dependência orçamentária dos municípios

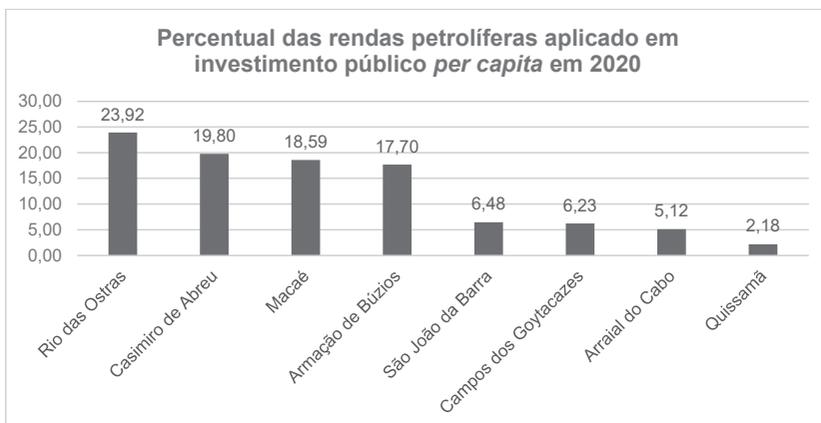
Proibida a comercialização

produtores às receitas de royalties e participações especiais e o declínio da produção e produtividade a partir de 2009, quando a bacia atingiu o seu ponto de inflexão com 87% da produção de petróleo do país.

Os resultados da análise confirmaram a hipótese de ineficiência da gestão pública e a ausência de planejamento na indução de uma melhor dinâmica econômica real no território. Como reflexo, observou-se a perda de capacidade de investimento tanto na região quanto no estado do Rio de Janeiro.

A figura 2, a seguir, apresenta o percentual das rendas petrolíferas aplicado em investimento nos municípios produtores, de forma *per capita*, em 2020.

Figura 2 – Percentual das rendas aplicado nos municípios



Fonte: Elaboração própria, com base na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e no Instituto de Geografia e Estatística (IBGE)

Podemos observar que parte representativa das rendas petrolíferas é dirigida para custeio, o que fere princípios fundamentais como o citado por Hotelling (1931). O autor indica que a renda do recurso (custo de uso) deve crescer à taxa de juros com o objetivo de otimizar a trajetória de extração, evitando-se que o produtor arbitre a distribuição da produção ao longo do tempo e prejudique as gerações presentes ou futuras.

Também Hartwick (1977) construiu um importante entendimento sobre as condições que ligam as rendas de recursos

Proibida a comercialização

à sustentabilidade econômica e ao bem-estar da população. A regra de Hartwick estabelece que um país com apenas um recurso não renovável pode manter um nível de consumo *per capita* constante indefinidamente se investir certa porção da renda mineral total em capital reprodutível físico e humano.

Resgatando a tese de fragilidade interna de algumas regiões no interior do país, assim como a concentração das externalidades positivas das políticas macroeconômicas (monetária, cambial e fiscal), a contribuição proposta neste documento vai no sentido da reflexão desagregada da economia nacional.

Reestruturação produtiva como contribuição endógena ao desenvolvimento

No processo de reestruturação produtiva, a figura do território se torna essencial e a visão endógena é estratégica no entendimento sobre a construção do desenvolvimento econômico. Para explicar a diferença entre desenvolvimento exógeno e endógeno, Morretta (2020) considera três perspectivas diferentes do desenvolvimento econômico:

- (i) A primeira, a abordagem *top-down* (de cima pra baixo), em que o papel dos atores extralocais e os fatores macroeconômicos exógenos determinam o processo de desenvolvimento. É importante observar que essas estratégias exógenas não foram capazes de abortar os problemas territoriais e prover desenvolvimento sustentável nos últimos cinquenta anos (RODRIGUEZ-POSE; TIJMSTRA, 2009).
- (ii) A segunda, a abordagem *bottom-up* (de baixo para cima), na qual os atores locais desempenham um papel crucial no início do processo de desenvolvimento por meio da ativação de fatores endógenos (VÁSQUEZ-BARQUERO; RODRIGUEZ-COHARD, 2016).
- (iii) A terceira, a abordagem que evolui da anterior e passa a se caracterizar na interação contínua entre as abordagens *top-down* e *bottom-up*, através da interação de fatores exógenos e endógenos. Segundo Crescenzi e Rodriguez-Pose

Proibida a comercialização

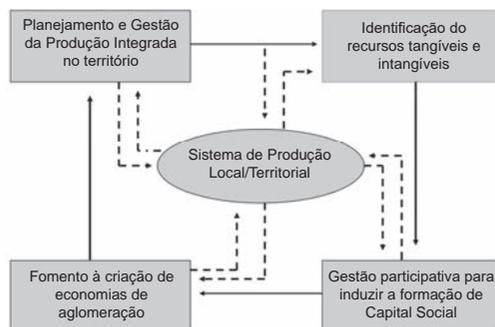
(2011), baseia-se no entendimento de que muitas vezes os recursos locais precisam ser continuamente estimulados e influenciados por fatores exógenos.

Complementarmente, o processo de desenvolvimento endógeno visa a criação de economias locais diversificadas, resilientes e sustentáveis. Valoriza o local e seus valores e, muitas vezes, proporciona outros resultados não econômicos como proteção ambiental, manutenção do patrimônio cultural e gestão da paisagem (VANCLAY, 2011).

É preciso considerar, entretanto, que algumas regiões podem não dispor naturalmente das condições adequadas à evolução do desenvolvimento endógeno (GKARTZIOS, 2019). Nesse caso, é essencial um esforço para induzir a formação dessas condições fundamentais. Entendo como um esforço coletivo para ampliar a estrutura de capital social em benefício da organização produtiva e sua conseqüente ampliação do produto, do emprego e da renda no território. Trata-se de uma potente estratégia de redução da desigualdade social, na qual a convivência entre grandes projetos, grandes empresas com pequenas empresas e pequenos negócios competitivos é possível, negando a tese schumpeteriana de destruição criativa (SCHUMPETER, 1982).

A figura 3 a seguir estrutura os quatro elementos para a construção da base indutora do desenvolvimento regional.

Figura 3 – Elementos essenciais para as estratégias de capacitação para o desenvolvimento regional



Fonte: Adaptação do modelo de localização e inovação de Porter (2001)

Proibida a comercialização

O modelo é uma adaptação da estrutura de localização e inovação de Porter. O ponto de partida é o território como lócus da oferta agregada. Trata-se de uma solução para ampliação da escala, em que a organização microeconômica se complementa com uma organização mesoeconômica. A produção ocorre de forma planejada, a partir da identificação dos recursos tangíveis e intangíveis no território sob apoio da governança constituída. As unidades produtivas mantêm sua liberdade individual, mas são complementares.

O mesmo grupo de governança também atua na gestão participativa de apoio ao incremento necessário do capital social, já planejando os projetos no contexto de economias de aglomeração. Conseqüentemente, ocorre o processo de apoio a gestão profissional, alimentação da informação sobre mercados, logística, tecnologia, dentre outras estratégias que potencializem a competitividade territorial.

O elemento de governança é constituído a partir do conjunto de conhecimento disponível no território, visando apoiar os pequenos empreendedores que, no contexto da microeconomia, não seriam competitivos. Nesse caso, as lideranças regionais no âmbito da universidade e centros de pesquisas, representação da indústria e comércio, governo, assim como liderança das organizações não governamentais, iriam se unir para promover a competitividade territorial dos negócios planejados.

Entendemos nessa estratégia a possibilidade de fortalecimento das bases territoriais para a evolução competitiva endógena, sem abrir mão das políticas macroeconômicas (de cima para baixo). Essa condição permite que as regiões se preparem melhor e ganhem mais musculatura para absorver as externalidades positivas, tanto das políticas do governo central quanto das ações dos grandes projetos localizados no território.

Referências

ANP. *Agência Nacional de Petróleo*. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/>. Acesso em: 3 jun. 2022.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A.; RODRÍGUEZ-COHARD, J. C. Endogenous development and institutions: Challenges for local development initiatives. *Environment and Planning C: Government and Policy*, n. 34, v. 6, p. 1135-1153, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo. *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 2 (155), p. 211-235, abril-junho, 2019.

CAGED. *Cadastro Geral de Emprego*. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 3 jun. 2022.

GKARTZIOS, M.; LOWE, P. *Revisiting Neo-Endogenous Rural Development*. In: SCOTT, M., G., N.; GKARTZIOS, M. (ed.). *The Routledge Companion to Rural Planning*, Routledge: New York, 2019.

HARTWICK, J. M. Intergenerational equity and the investing of rents from exhaustible resources. *American Economic Review*, v. 67, n. 5, p. 972-974, dez. 1977.

HOTELLING, H. The economics of exhaustible resources. *Journal of Political Economy*, p. 137-175, abr. 1931.

HANIFAN, L. J. The rural school community center. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 67, p. 130-38, 1916.

MENEGASSO, M. E.; CARELLI, M. N. *Capital social e desenvolvimento sustentável em Joinville – SC*. In: Santa Cruz do Sul: Seminário internacional sobre desenvolvimento regional, 3., 2006.

MORRETTA, Valentina. Territorial capital in local economic endogenous development. *Regional Science Policy and Practice*, RSAI, 2020.

Proibida a comercialização

OUR World In Data. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: fev. 2022.

RIBEIRO, A. C. *Rendas petrolíferas, prioridades equivocadas e economia fragilizada: o caso da rota do petróleo no Rio de Janeiro – Brasil*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa do Rio de Janeiro (Nuperj), texto para discussão, 2022.

RIBEIRO, A. C. Webinar Roda de Ideias do Território do Petróleo – BC: Relato sobre os reflexos do declínio da Bacia de Campos. *Revista de Extensão UENF*, v. 6, n. 1. 2021.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; TIJMSTRA, S. *On the emergence and significance of local economic development strategies*. CAF Working Papers, 2009.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico - Os economistas*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

VANCLAY, F. Endogenous rural development from a sociological perspective. In: STIMSON, R. STOUGH, R.; NIJKAMP, P. (ed.). *Endogenous regional development: perspectives, measurement and empirical investigation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2011, p. 59-72.

Proibida a comercialização

Abraham B. Sicsú
Alcimar das Chagas Ribeiro
Antonio Corrêa de Lacerda
Benito Adelmo Salomão Neto
Benjamin Sicsú
Camila do Carmo Hermida
Carlos Grabois Gadelha
Celso José Costa Junior
Cristovam Buarque
Everardo Maciel
Fábio Bittes Terra
Hamilton Garcia de Lima
Hugo Carcanholo Iasco Pereira
José Luís da Costa Oreiro

Julia Braga
Julio Fernando Costa Santos
Leandro Pinheiro Safatle
Luís Carlos G. de Magalhães
Luiz Fernando de Paula
Manoel Pires
Marcus Eduardo de Oliveira
Mariano F. Laplane
Roberto Macedo
Rogério Sobreira
Sérgio C. Buarque
Sergio Vale
Vilma Pinto



www.fundacaoastrojildo.org.br

ISSN 1518-7446



9 771518 744007